

As pessoas e entidades que se solidarizam com a luta do povo Tapirapé pela retomada da Área URUBU BRANCO:

Os processos demarcatórios das terras indígenas neste país sofrem violentas pressões, tanto do poder político como do econômico. Isso resulta no fato de que quase todas as áreas já demarcadas são menores do que os territórios originalmente ocupados e insuficientes para a sobrevivência futura dos grupos. Essa problemática foi colocada pelos povos indígenas no documento final da Mobilização dos Povos e Organizações Indígenas (Luziânia, 15/09/93):

"Solicitamos, ainda, a todos os setores civis organizados do país e entidades internacionais a se aliarem e divulgarem as nossas lutas, no sentido de garantir os nossos direitos já conquistados, bem como no apoio à recuperação de nossas terras perdidas e revisão das terras demarcadas insufficientemente para a sobrevivência dos povos".

Os Tapirapé vivem este constrangimento, pois a terra demarcada em 1980 (Área Indígena Tapirapé/karajá, mun. de Santa Terezinha, MT) se revela pequena face às necessidades deste povo com tradição agrícola. Além disso, desta área ficou excluída a região do Urubu Branco, ocupada até 1970. A própria antropóloga que elaborou o laudo demarcatório da área atual, constatou, na época, que "a não reivindicação dos Tapirapé deste território parte de uma consciência comunitária de sua impotência frente à sociedade nacional! E, por outro lado, apontava que "a falta de matéria prima ritual, a redução da caça, uma atividade produtiva tradicional, faz com que os Tapirapé continuem percorrendo a sua área tradicional, incursionando pelas fazendas da região. Se hoje este fato não constitui problema, não podemos deixar de levá-los em conta pelas consequências futuras". (M. Auxiliadora C. de Sá Leão, antropóloga da Funai, 1980).

De fato, embora não demarcada oficialmente, os Tapirapé nunca deixaram de considerar como sua esta área, dela utilizando principalmente o taquari, próprio para fazer flechas. Para isso, todos os anos excursionam na região da serra do Urubu Branco. Foram as restrições à essas visitas, por parte dos que invadiram a área - sobretudo pelas Fazendas Sapéva, Frenova e Gameleira - que determinaram o passo para se pedir o reconhecimento oficial. Outros fatores também contribuíram: o grande aumento populacional, quase 400 % em 40 anos; a área atual é também habitada pelos Karajá, povo culturalmente distinto e cuja população também se encontra em aumento; a preocupação com o desmatamento acelerado da área Urubu Branco, provocado pela invasão das Fazendas, que inclusive lotearam a

área, revendendo-a a outros proprietários.

Desde 1990 os Tapirapé acionam a Funai para que essa área seja reconhecida e demarcada. Só em 1993, porém, ela foi incluída no programa de demarcação feito pelo PRODEAGRO, com financiamento do Banco Mundial. Cansados de esperar pelas providências, os Tapirapé decidiram se instalar no local da antiga aldeia Tapi'itawa, em outubro de 1993. Essa aldeia é conhecida por causa dos trabalhos antropológicos de Herbert Baldus e Charles Wagley.

Em dezembro, o GT constituído pela Funai para a identificação e delimitação da área chegou ao local, percorrendo-o junto com os Tapirapé. O relatório deste trabalho foi entregue à Funai agora em março de 1994.

Infelizmente, hoje no Brasil, existem fortes correntes anti-indígenas, muitos "lobbies" poderosos, de mineradoras e madeireiras e outros que se empenham em retirar da Constituição Federal, ora em fase de revisão, os avanços dos direitos indígenas conquistados em 1988.

Essa situação favorece os fazendeiros que ocupam a área do Urubu Branco, que unindo-se aos prefeitos das cidades vizinhas, quase todos eles com interesses anti-indígenas, articularam-se para pressionar os órgãos estaduais e federais, deputados e até ministros, no sentido de inviabilizar o trabalho do GT da Funai. Até mesmo lançam acusações contra a própria Funai e contra os missionários que atuam na área há muitos anos - a Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus e o casal de professores Luiz e Eunice - de serem os mandantes do retorno dos Tapirapé ao Urubu Branco. Alguns membros do GT foram, inclusive, ameaçados de morte e muito pressionados durante a elaboração do trabalho.

Os Tapirapé que estão morando em Tapi'itawa, umas 60 pessoas, também se sentem inseguros porque o reconhecimento oficial da área demora e o funcionário da Funai que os estava acompanhando, foi retirado diante das pressões. As Fazendas, no entanto, continuam seus trabalhos de desmatamento, estradas, extração de areia, etc, sem levar em conta a presença dos Tapirapé. Estes estão firmemente decididos a permanecer na área, fazendo valer seus direitos à terra habitada pelos seus pais e por muitos deles quando jovens. Estão necessitando de muito apoio e de muita colaboração para levar em frente essa luta difícil. Por isso, pedimos que mandem cartas, telegramas ou Fax, exigindo o pronto reconhecimento da **ÁREA INDÍGENA URUBU BRANCO**, nordeste de MT, e sua imediata demarcação.

Mandem as cartas, telegramas, fax ou abaixo-assinados

ao Ministro da Justiça Esplanada dos Ministérios
BIT-Z Cívico Administrativo
700065 900 Brasília DF

ao Presidente da Funai SEUP SUL 702 Bl A Ed. Lex 3º andar
70330 Brasília DF

Endereços de contatos : Comunidade Tapirapé - Aldeia Tapirape
78650 000 Santa Terezinha Mt

Irmãzinhas de Jesus
CB 05 78650 000 Santa Terezinha MT

Articulação Tupi do Norte - Antampama
travessa Nina Ribeiro 254 São Braz
ou CP 12097 66090 970 Belem Para